

290ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO. Ata. Aos catorze dias do mês de março de dois mil e dezessete, às nove horas e trinta minutos, reúne-se o Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, sob a Presidência da Senhora Diretora, Professora Doutora Margaret de Castro, com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Rui Alberto Ferriani, Klaus Hartmann Hartfelder, Claudio Henrique Barbieri, Roberto do Nascimento Silva, Silvio Tucci Junior, Jorge Elias Junior, Francisco Silveira Guimarães, Rubens Fazan Junior, Aguinaldo Luiz Simões, Rosana Maria dos Reis, Amaury Lelis Dal Fabbro, João Pereira Leite, Eduardo Melani Rocha, Marisa Marcia Mussi, Antonio Carlos dos Santos, Alceu Afonso Jordão Junior, Ana Claudia Mirandola Barbosa Reis e Luciana Gonçalves de Aguiar Campanini. Secretariou a Sessão a Senhora Renata Ap. Terra Cazarotti, Assistente Técnico Acadêmico da Faculdade. Constatada a existência de quórum, inicia-se a Sessão. – **1. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA 289ª SESSÃO ORDINÁRIA.** **Senhora Presidente:** “Coloco em discussão a Ata da 289ª Sessão Ordinária”. **Conselheira Luciana Gonçalves de Aguiar Campanini:** “Na página 2, linha 4, ao invés de ‘comunidade’, o correto seria ‘comunicado’”. **Senhora Presidente:** Após as devidas correções, não havendo mais manifestações, está em votação.” Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado – Sim: 13 (treze); Abstenção: 01 (uma). Total: 14 (catorze). **1. COMUNICAÇÕES DA SENHORA PRESIDENTE:** **a)** Ontem o segundo grupo de funcionários que aderiu ao PIDV se despediu dessa Faculdade. Gostaria de registrar os agradecimentos por todos os anos de dedicação e empenho desses servidores pela nossa Faculdade. Pessoalmente, participei da despedida dos funcionários da Administração, desejando a todos sucesso e felicidades na nova jornada. **b)** Em relação ao Ponto Eletrônico, gostaria de informar que, como havia dito na última reunião, estava aguardando as outras unidades baixarem suas Portarias com quatro marcações, com receio de que as outras Unidades voltassem atrás da decisão tomada pelo Conselho Gestor do Campus. Como agora todas as Unidades baixaram suas Portarias, a Faculdade de Medicina, no dia 21 de dezembro, também baixou sua Portaria registrando 4 marcações ao longo do dia. Estamos tendo muitos e diversos problemas relatados ao Ponto. Temos problemas estruturais como funcionários que não são reconhecidos pelo sistema em uma máquina e são em outra, ou simplesmente não os reconhecem em um dia, voltando ao normal no dia seguinte. Ontem, tive uma conversa com a Sra. Ana Regina, ela está enviando por escrito a relação de problemas com o ponto na FMRP e amanhã terei reunião com o Conselho Gestor do Campus, onde apresentarei o material. As outras unidades estão apresentando problemas semelhantes, vou tentar conversar com o Conselho Gestor e com a Codage para tentarmos resolver esses problemas. Precisamos entender onde estão as falhas do ponto. Quem pertence aos Departamentos Clínicos no HC sabe que não há problema com o Ponto do HC, então precisamos descobrir o que está acontecendo com o sistema da FMRP. A Direção, juntamente com vocês chefes de departamento, tem sentido a dificuldade nessa implantação, que acarreta problemas para as chefias e para o DRH compartilhado, isso cria uma demanda extra de trabalho, que não é possível continuar. **c)** Foi publicada no Diário Oficial de 02 de março, a Portaria Gr nº6887/17, dispondo sobre a eleição para escolha de 06 membros docentes para a Câmara de Avaliação Institucional (CAI) e 06 membros para a Câmara de Avaliação Docente (CAD). Nos dias 06 e 07 de março foi aberta consulta, pela *web*, relativa à área do conhecimento na qual o docente pretende votar. Os candidatos tinham até ontem para fazer a inscrição. A Diretoria realizou reunião com todos os Chefes de Departamentos no dia 06 de março, para discutir a importância da representação das Medicinas nessas Comissões. Ficou decidido que no dia da realização do Co, dia 07 de março, conversaria com o Professor José Otávio, Diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo, para discutirmos uma estratégia comum. Assim, ficou definido que o Professor Aluísio Segurado seria o candidato para a CAD e o Professor Geraldo Duarte para a CAI e, assim, as Medicinas fariam campanha para esses nomes. Espero contar com a colaboração de todos no dia da eleição, que será dia 28 de março de 2017, das 9h às 17h, por meio do sistema eletrônico de votação. Vale observar que o período de inscrições foi prorrogado até o dia 27 de março. **d)** Lastimo o ocorrido na última reunião do CO, na terça-feira passada, e pedirei para o Professor Antonio Carlos se manifestar sobre o ocorrido na Congregação. Eu tinha uma reunião na EDUSP e o Professor Antonio Carlos foi direto para a Reitoria. Ele chegou em torno das 11h30 e conseguiu entrar. Minha reunião na Edusp era às 11h e cheguei na Reitoria após o meio-dia. Já não foi mais possível entrar no prédio. O Sintusp e Adusp fecharam a porta da entrada principal e da lateral. Tinha bastante gente, fiquei o tempo todo no carro, um pouco mais longe, com medo de ser pisoteada. Havia umas 200 pessoas e, segundo informações, havia estudantes, funcionários e pessoas externas à USP. Pude ver que havia um caminhão oferecendo lanche e guaraná para as pessoas que estavam ali. A informação do motorista do carro da Enfermagem de São Paulo, onde eu estava, disse que ouviu dizer que havia pessoas que estavam recebendo quarenta reais para ficar ali. A palavra de Ordem era de que “não vai ter CO!” Houve assédio, houve empurrões e confronto com conselheiros idosos e conselheiras mulheres na entrada. A Guarda Universitária ficou até duas e meia ou quase três horas tentando liberar o prédio. Foi quando recebemos a informação que a Polícia Militar tinha sido acionada. Realmente ela chegou e foi lastimável, pois houve uso de gás lacrimogêneo para dispersar os manifestantes e permitir que os conselheiros entrassem. Assim, a reunião teve início por volta das dezessete horas. O Professor Zago começou a reunião dizendo que aquela Reitoria e aquele Conselho não se curvavam a Sindicatos, eles se curvavam a docentes e funcionários da Universidade de São Paulo, mas não aos sindicatos, e que, nesse momento, a

grande maioria não estava sendo representada por aquelas pessoas que estavam impedindo a entrada no Co. Como já disse, fiquei muito afastada e vi pouco; acho que o Professor Antonio Carlos na palavra aos Conselheiros poderá se manifestar. Essa é a comunicação que eu gostaria de fazer sobre esse episódio triste e lastimável. O CO acabou ocorrendo e se votou o projeto da sustentabilidade econômico-financeira, tendo como teto os 80% de gastos do orçamento com folha de pagamento. O Professor Zago retirou, antes mesmo de votar, o item que dava dúvidas sobre a demissão de funcionários atuais, quanto a Progressão de Carreira, quanto a quinquênios, e sexta parte".

2. PALAVRA AOS SENHORES CONSELHEIROS: Conselheiro Silvio Tucci Junior: "Peço um esclarecimento. Estava no laboratório e os funcionários disseram que receberam um e-mail com a lista de quem seria demitido, que não havia sido retirada essa parte pelo Reitor".

Senhora Presidente: "Não é possível, isso é contra-informação, porque quem saiu foram as pessoas do PIDV por livre espontânea vontade, inclusive o Reitor não poderia fazer nada ainda por uma única razão, o plano foi aprovado mas várias emendas serão votadas na próxima reunião do CO. Vários Conselheiros, incluindo docentes, alunos e funcionários vão colocar emendas no projeto. O Professor Zago solicitou a Professora Paula Dallari uma lista com as emendas que serão discutidas no próximo Co, quando será aprovado o texto definitivo e será feita a Portaria."

Conselheiro Silvio Tucci Junior: "Eu contra-argUMENTEI que a Diretora mesmo nos havia dito que o Professor Zago só colocaria a proposta em votação retirando a parte das demissões".

Senhora Presidente: "A situação é a seguinte, a proposta do Plano de Sustentabilidade não está aprovada ainda. Tem uma lista de mais ou menos vinte proposta de emendas que serão discutidas no próximo Co, para depois de aprovado ser feita a Portaria".

Conselheiro Antonio Carlos dos Santos: "Trata-se de uma situação chata, indelicada. Estamos vivendo na Universidade uma situação igual a que vimos na Internet, está sendo uma situação mundial, quer dizer, uma fábrica de notícias mentirosas que circula e ninguém sabe de onde vem. Foi discutido e muito essa questão das demissões e enfatizado que existe impedimento inclusive constitucional, aí as pessoas falam que já tem uma lista, são informações sem fundamento. Acho que temos que tentar fazer um trabalho de pacificação dessa história. A Professora Margaret falou rapidamente da situação que ocorreu no Co e isso é decorrente desse grau de enfrentamento que estamos assistindo, de um lado e de outro, a medida que o enfrentamento ocorre, as pessoas naturalmente acabam se radicalizando para se defender e a gente vive uma situação hoje onde não há mais como ter diálogo. Acho que temos que tentar evitar essa espiral de radicalização que não vai ajudar ninguém e o principal elemento dessa situação é essa boataria que está sendo falada, cada vez que discuto com um colega eles me falam uma série de absurdos, não tem nenhuma base legal no que é dito".

Conselheiro Rui Alberto Ferriani: "Acho importante isso que está sendo dito, ontem tivemos a despedida dos funcionários e também tivemos a oportunidade de falar isso e para vocês chefes a mensagem que a Diretoria quer passar é que, às vezes, essa contra-informação dá uma sensação de depressão aos funcionários atuais como se a Reitoria e a Direção estivessem fazendo movimentos de desmonte e de realmente não valorizar o nosso funcionário, na realidade a mensagem é positiva do que estamos vendo. Os nossos funcionários que ficam, e a gente falou isso ontem, têm o maior apreço da direção e nós consideramos a nossa força o nosso corpo docente e nosso corpo de funcionários. Não devemos dar a impressão que a vinda do ponto eletrônico e do PIDV sejam atos de desvalorização dos nossos funcionários, pelo contrário, o que está havendo é um equacionamento financeiro da Universidade que precisava acontecer, o que aconteceu no passado era um outro momento do Brasil, nós estamos em um momento de crise, há um equacionamento financeiro, mas vejam, o Professor Zago tem demonstrado isso, os indicadores da Universidade não tem diminuído, a Universidade continua em bom ranqueamento, o que está havendo é uma remodelação voluntária, não há demissão, é uma boataria sobre demissões, mas o processo é voluntário, como o utilizado por grandes empresas, é algo perfeitamente viável. A todos que tem contato direto com os funcionários peço que passem uma imagem positiva e evitem contra informação. Os funcionários continuam valorizados e isso é só uma readequação".

Conselheira Luciana Gonçalves de Aguiar Campanini: "No momento em que estão sendo feitas essas modificações, o papel dos dirigentes das Unidades é muito importante, já que está ocorrendo um monte de boataria não seria de bom tom os dirigentes chamarem os funcionários ou emitir um comunicado para dizer o que está acontecendo? Se você ler o projeto, sem as modificações, a pessoa lê aquilo e pensa que vai mandar todo mundo embora pois o projeto dá N interpretações e assim fica todo mundo alarmado. O papel do dirigente nesse momento é muito importante, faça um comunicado, chama para uma reunião, porque fica um clima extremamente estressante. Conversando com o médico do trabalho, o Dr. Leonardo, ele comentou sobre o número de pessoas que tem o procurado com vários sintomas de Síndrome de Burnout, porque as pessoas tem vivido em um ambiente extremamente estressante, ele disse que não tem dado conta e ainda brincou dizendo que se ele ficar doente quem cuidaria dele? Ele disse que não só funcionários mas também docentes o procuram. Eu também repudio a violência que aconteceu no dia do Co. Alguns assuntos gostaria de saber da Diretoria qual é a posição. Tem um ofício do CCRH, o 02/2017, que fala sobre a reestruturação do grupo básico, o PCF. Nesse ofício diz que teria a participação de um profissional do grupo básico, por unidade, durante todo o Processo e que esse profissional básico deveria ser informado ao DRH até o dia 10 de março. Foi feito algo?"

Senhora Presidente: "Nós recebemos o processo de reestruturação e não recebi essa informação que você está me dando. Poderia me passar essa documentação? Eu verifico o mais rápido possível".

Conselheira Luciana

Gonçalves de Aguiar Campanini: “É que o prazo já passou”. **Senhora Presidente:** “Mas aí tentamos ver o que é possível fazer, principalmente se foi uma falha de comunicação da Diretoria”.

Conselheira Luciana Gonçalves de Aguiar Campanini: “Há uma outra portaria da CODAGE, a 15/2017 que fala sobre o RENOVA, e também já abriu inscrição para os funcionários do grupo básico para fazer parte do RENOVA”. **Senhora Presidente:** “Essa eu havia recebido e já ia entrar em contato para solicitar um representante a vocês, tenho chamado o Cássio que é mais próximo e tenho pedido para ele passar as informações aos demais representantes, agora essa Portaria de 10 de março eu realmente não sei qual é, vou atrás disso”.

Conselheira Luciana Gonçalves de Aguiar Campanini: “Com relação ao Ponto Eletrônico, eu concordo que está muito difícil, fizemos uma enquête com os funcionários levantando a lista de problemas enfrentados e posso entregar para a senhora”. **Senhora Presidente:** “Eu gostaria muito de receber essa lista pois amanhã tenho reunião no Conselho Gestor”.

Conselheira Luciana Gonçalves de Aguiar Campanini: “Dentro das 94 respostas recebidas, 49 conseguem passar o ponto, 42 não conseguem, 03 não conseguem de jeito nenhum e 04 só em outro local de trabalho”. **Senhora Presidente:** “Temos com você uma amostra de quase 20% dos nossos servidores, é uma amostragem razoável. Por favor, me mande esses dados preliminares que já são fortes por si só. Em relação a informação, acho que o próprio Professor Zago gravou um vídeo para os funcionários respondendo perguntas e respostas, ele se posicionou naquele filme, disse que não haveria demissões. Eu me posicionei dizendo que a proposta de sustentabilidade é necessária, mas demissão não pode ocorrer, tem que estar claro que vamos votar algo sem perda de direitos adquiridos, sem possibilidade de demissões. Ele confirmou tudo isso naquele filme. Além disso, ele colocou pra votar sem o item 2, onde entravam potencialmente as demissões, as perdas de direitos, que poderiam dar dúvidas. Como o Professor Antonio Carlos já disse, esses aspectos eram infra-inconstitucional, então ele retirou da proposta”.

Conselheira Luciana Gonçalves de Aguiar Campanini: “Então, mas o que nós percebemos é que o Reitor está lá e nem todo mundo acaba assistindo, então acho que o papel dessa Diretoria seria de algo mais próximo com a nossa comunidade, a FMRP”. **Conselheiro Rui Alberto Ferriani:** “Um pequeno aparte, aquela intervenção que eu fiz foi exatamente nesse sentido, para que os chefes falem diretamente com seus funcionários, passem essa imagem positiva, acho isso importante”.

Conselheira Luciana Gonçalves de Aguiar Campanini: “Nós sentimos que os chefes também estavam desinformados e isso gerou essa boataria”. **Senhora Presidente:** “Na verdade, como o CTA foi só hoje e a reunião do Co na terça-feira passada, talvez tenha gerado essas informações contraditórias. Vou solicitar aos chefes de departamento que qualquer boato que ouçam, liguem para a Diretoria, pois vou entrar em contato com a Codage, em contato com o Professor Zago e depois retornar aos chefes para tentar passarmos a informação correta. Ontem eu e o Professor Rui falamos com quase oitenta funcionários, explicamos isso tudo. Agora, o que estamos dizendo é que vamos ter que ter um outro tipo de atitude, e quais as atitudes que teríamos que assumir? Por exemplo, a funcionária do multidisciplinar entrou no PIDV, o que eu e a Renata fizemos? Chamamos os quatro funcionários que trabalhavam diretamente ligados a ela e redistribuímos a função da pessoa entre eles. Isso que os chefes de departamento terão que fazer. Não temos gente para repor, a função deve ser redistribuída, não vai haver perda de qualidade. Essa é a postura que, não tenham dúvidas, todos os departamentos terão que começar a ter. O Departamento de Biomecânica ficou sem secretaria, o departamento de Oftalmo, Otorrino, e Cabeça e Pescoço que, nesse momento, tem três secretarias FMRP vai ceder uma secretária para o Departamento de Biomecânica. Provavelmente o Rogério e a Rita trabalharão um pouco mais? Sim! Mas vai inviabilizar o serviço da Secretaria de Otorrino? Não! A Neuro também perdeu uma funcionária da Pós-Graduação; o programa da Neuro tem por volta de 60 alunos. Eles tem uma outra funcionária responsável pelo programa da Saúde Mental, que cuida de 48 alunos. Há departamentos cuja secretária trabalha com o dobro de alunos. Ou seja, essa secretária terá que ajudar o departamento que ela está lotada, tem horário pra isso. Estamos com 101% do orçamento comprometido com a folha. A ideia é chegar ao final de dezembro com 95%; o ano que vem teremos que fazer ajustamentos e, em cinco anos, chegarmos aos 80%. Não vamos precisar de demissão, e a partir daí, as contratações ocorrerão lentamente, onde os problemas forem mais críticos. Os funcionários não precisam ficar preocupados e deprimidos, o que temos que fazer é a readequação do trabalho em hora de crise”.

Conselheiro Francisco Silveira Guimarães: “Esse deve ser meu último CTA como chefe de departamento, tendo em vista que em maio vence meu mandato e no próximo CTA eu tenho aula de graduação e não vou poder comparecer, então queria aproveitar a oportunidade para agradecer a direção, a passada e a atual, pelo apoio que o departamento sempre recebeu. Gostaria também de agradecer aos funcionários, as Assistências Administrativa, Financeira e Acadêmica e aos colegas por esse período de quatro anos que completarei agora. Uma sugestão que deixo para a Diretoria é que aproveite a reunião do Conselho Gestor e que rediscuta a necessidade de marcar quatro vezes por dia o ponto. Acredito que essa decisão foi tomada antes de se conhecer como o sistema funciona ou não funciona na prática”.

Senhora Presidente: “Gostaria de agradecer o Professor Francisco não só pela sua contribuição ao CTA e a Congregação, mas por todas as vezes em que pudemos contar com sua eficiência, competência e boa vontade. Em relação a essa sugestão, os funcionários encaminham carta pedindo isso. Eu imagino que seja discutido amanhã. Não tomei nenhuma providência porque essa foi uma decisão tomada em conjunto e continuará sendo uma decisão conjunta, mas vamos levar a documentação para a discussão no

Conselho Gestor do Campus de amanhã”. **Conselheiro Jorge Elias Junior:** “Eu gostaria de fazer dois comentários e um deles é relacionado ao Ponto Eletrônico. O Professor Francisco já comentou e compartilho da opinião dele, e gostaria de explicar o porquê. Como Chefe do Departamento de Clínica sou responsável no sistema por 44 funcionários, embora esse número deva cair com o PIDV. Eu não discuto sobre a necessidade ou não do ponto eletrônico, e também acho que ocorreram mais vantagens com esse sistema do que sem ele. Porém todos nós sabemos das dificuldades da implantação, pela maneira como aconteceu, alguém da expectativa que nós tínhamos. Mais diretamente, a implantação do ponto permitiu que eu conhecesse mais a fundo e com detalhes o funcionamento dos serviços ligados ao Departamento, o que antes ficava relativamente restrito às chefias imediatas; desse modo tive a oportunidade de conhecer melhor detalhes ligados ao funcionamento de laboratórios e a necessidade dos funcionários que temos e que estamos perdendo com o PIDV”. **Senhora Presidente:** “O que você está dizendo é que você concorda com o Professor Francisco que duas marcações no ponto seriam ideal?” **Conselheiro Jorge Elias Junior:** “Exatamente, vou chegar na minha explicação ainda. A primeira coisa que eu queria dizer é que o sistema tecnicamente não é bom. Mas a minha opinião em relação a qualquer desses sistemas eletrônicos é que, como usuário, é que não existe um sistema perfeito, existe sim o tempo que se está acostumado a utilizar o sistema e a necessidade de utilizá-lo. O sistema pode sempre ser melhor, e esse sistema especificamente é relativamente complexo. Além disso, ele tem algumas coisas que precisam ser melhoradas, como por exemplo, se você lança alguma coisa, no outro dia o que você lançou eventualmente não está lá – não sei se alguém mexe, se é o sistema, ou tem outra explicação que desconheço. O Professor Francisco me mostrou alguns detalhes do sistema e me mostrou uma situação em que você executa um procedimento e ele não registra, só o faz quando você o executa numa segunda vez. Então o pessoal técnico responsável pelo sistema precisa tomar maior atenção no sentido de melhorar essas questões. O segundo ponto é em relação a questão da informação. Por exemplo, no final do ano nós fomos comunicados que as três horas da compensação do ano passado iriam ser zeradas e não foram. Esse é um pequeno exemplo porque também teve a decisão, de última hora na minha opinião, da quarta-feira de cinzas. Por fim, expressei a minha concordância hoje com o Professor Francisco quanto à necessidade de apenas duas marcações diárias, pois naquela época (da implantação) eu votei para que fossem quatro marcações, pelo Departamento de Clínica Médica. A grande maioria de funcionários do Departamento tem problemas de horas a mais. Não são funcionários que estão fugindo do serviço. Creio que esse controle muito rígido de horário de almoço, em algumas situações, tem sido um transtorno relativamente grande. Existem ainda problemas de ordem técnica relacionada ao aparelho de ponto, por exemplo, que eventualmente apresenta falhas. Podemos até procurar solucionar a parte técnica, mas ainda assim existem muitos experimentos que estão acontecendo e avançam na hora do almoço. Portanto creio que devemos ceder um pouco na questão dos funcionários do departamento e eu posso garantir que estaremos promovendo um avanço e não um retrocesso de controle. Ou seja, acho melhor que passemos a ter duas marcações hoje. Eu tenho outro assunto: seguindo o que já estava sendo discutido e que a Senhora Diretora apontou sobre a questão dos funcionários que estamos perdendo com o PIDV e o que tem sido feito dentro de cada departamento, na medida do possível, e da unidade como um todo, para minorar essa dificuldade. Eu queria levantar um ponto específico, que já adiantei para a Professora Margaret, que é a questão do biotério da Clínica Médica. Até o momento tínhamos dois funcionários e agora um entrou no PIDV, então, agora estamos somente com um funcionário, e não temos muita manobra dentro do departamento para resolver a questão do remanejamento. Além disso, o funcionário que saiu tem treinamento e habilidade para experimentos que farão falta. Como disse, já adiantei isso para a Professora Margaret, já existem reuniões do Conselho Gestor do Biotério da Clínica Médica para acontecer, e gostaria de pedir um estudo em relação aos biotérios de um modo geral incluindo o biotério do Departamento, pois o quanto conseguirmos acelerar esse processo, melhor”. **Senhora Presidente:** “Vamos levar todas as experiências em consideração. Obviamente eu vou levar o pleito dos funcionários, posso até conversar individualmente com os outros chefes mas, de qualquer forma, vou levar a discussão das duas ou quatro marcações dos pontos para o Conselho Gestor. Em relação aos biotérios, Professor Jorge, estamos fazendo uma reformulação nos biotérios do Prédio Central, que tinha sido deixado para segundo plano pois iria ter a construção do prédio novo do básico mas, como isso não aconteceu, a Farmacologia, Fisiologia, Bioquímica fizeram uma comissão para discutir os biotérios. A FMRP comprou uma máquina automatizada de lavagem de gaiolas, vamos fazer uma ampliação do moluscário para que essa máquina caiba lá. O mesmo problema que a Clínica Médica está tendo em relação ao biotério existe hoje em todos os departamentos. Não existe mais a figura do bioterista no PCF, eu já coloquei em uma reunião com as chefias dos departamentos básicos, com os representantes dos funcionários dos biotérios e com a Comissão de biotérios do básico de que não haverá a contratação de bioterista. O que precisamos fazer é que, pelo novo PCF, os técnicos de laboratório podem e devem incluir nas suas funções as funções de bioteristas, como troca e lavagem de gaiolas, colocação de maravalhas, etc. O que vamos precisar é que dentro de cada laboratório o técnico que só fazia uma técnica terá que fazer todo processo, teremos que começar a trabalhar com processos e não mais com uma atividade. Chamei os chefes e comissão de bioteristas para esclarecer isso. Vamos gastar um bom montante da RTI com reformas e colocar uma máquina que custou quase trezentos mil reais em funcionamento, ambos aprovados

pela Comissão de Pesquisa. Teremos que ter escalas para cuidar da manutenção da máquina. Essa é uma situação de gerenciamento, o que devemos discutir é colocar o biotério da Clínica Médica nesse *pool* e aí fazer uma análise mais geral. Técnicos de laboratórios podem e deverão cuidar de biotérios”. **Conselheiros Klaus Hartmann Hartfelder:** “O Professor Ricardo Ramos teve um projeto aprovado no edital USP/EDUSP para a preparação de um livro didático de Biologia em Desenvolvimento e esse edital inclui a contratação de um Professor Temporário que vamos lançar em breve”. **Senhora Presidente:** “Eu os parabeno, acho que foram vocês, a Biomecânica via Fisioterapia e o Departamento de Oftalmologia via Fonoaudiologia. Parabeno os três departamentos que entraram no programa, competiram e tiveram sucesso. Eu só acho uma pena ser apenas seis meses renováveis por mais seis, acho que poderia ser por um ano porque aí teríamos uma facilitação maior. Sem mais manifestações, vamos então à Ordem do Dia”. **2 – ORDEM DO DIA: 01 – COMISSÃO DE ATIVIDADES UNIVERSITÁRIAS – 1.1. RELATÓRIO DE ATIVIDADES E SOLICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MEDICINA SOCIAL PARA QUE O PROFESSOR DOUTOR ANTONIO RUFFINO NETTO POSSA RENOVAR A SUA PARTICIPAÇÃO JUNTO AO PROGRAMA DE PROFESSOR SENIOR. Parecer da Comissão de Atividades Universitárias. Senhora Presidente:** “Não havendo manifestações, está em votação”. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim: 18 (dezoito). Total de votantes: 18 (dezoito). **1.2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES E SOLICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MEDICINA SOCIAL PARA QUE O PROFESSOR DOUTOR JORGE ALBERTO ACHCAR POSSA RENOVAR A SUA PARTICIPAÇÃO JUNTO AO PROGRAMA DE PROFESSOR SENIOR. Parecer da Comissão de Atividades Universitárias. Senhora Presidente:** “Não havendo manifestações, está em votação”. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim: 18 (dezoito). Total de votantes: 18 (dezoito). **02 – COMISSÃO DE CORPO DOCENTE – 2.1. HOMOLOGAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL ELABORADO PELA COMISSÃO JULGADORA. CONCURSO DE TÍTULOS E PROVAS VISANDO À OBTENÇÃO DO TÍTULO DE LIVRE-DOCENTE, JUNTO AO DEPARTAMENTO DE BIOMECÂNICA, MEDICINA E REABILITAÇÃO DO APARELHO LOCOMOTOR – DISCIPLINA FISIOTERAPIA APLICADA À SAÚDE DA MULHER. CANDIDATA: CRISTINE HOMSI JORGE FERREIRA. Parecer da Comissão de Corpo Docente. Senhora Presidente:** “Não havendo manifestações, está em votação”. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim: 18 (dezoito). Total de votantes: 18 (dezoito). **2.2. HOMOLOGAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL ELABORADO PELA COMISSÃO JULGADORA. CONCURSO DE TÍTULOS E PROVAS VISANDO À OBTENÇÃO DO TÍTULO DE LIVRE-DOCENTE, JUNTO AO DEPARTAMENTO DE BIOMECÂNICA, MEDICINA E REABILITAÇÃO DO APARELHO LOCOMOTOR – DISCIPLINA ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA. CANDIDATO: FLÁVIO LUÍS GARCIA. Parecer da Comissão de Corpo Docente. Senhora Presidente:** “Não havendo manifestações, está em votação”. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim: 18 (dezoito). Total de votantes: 18 (dezoito). **2.3. HOMOLOGAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL ELABORADO PELA COMISSÃO JULGADORA. CONCURSO DE TÍTULOS E PROVAS VISANDO À OBTENÇÃO DO TÍTULO DE LIVRE-DOCENTE, JUNTO AO DEPARTAMENTO DE BIOMECÂNICA, MEDICINA E REABILITAÇÃO DO APARELHO LOCOMOTOR – DISCIPLINA ANESTESIOLOGIA. CANDIDATO: JOÃO ABRÃO. Parecer da Comissão de Corpo Docente. Senhora Presidente:** “Não havendo manifestações, está em votação”. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim: 17 (dezessete); Abstenção: 01 (uma). Total de votantes: 18 (dezoito). **2.4. HOMOLOGAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL ELABORADO PELA COMISSÃO JULGADORA. CONCURSO DE TÍTULOS E PROVAS VISANDO À OBTENÇÃO DO TÍTULO DE LIVRE-DOCENTE, JUNTO AO DEPARTAMENTO DE MEDICINA SOCIAL – DISCIPLINAS: ATENÇÃO À SAÚDE NA COMUNIDADE III: ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO EM SAÚDE; PRINCÍPIOS DE SAÚDE PÚBLICA. ATENÇÃO À SAÚDE NA COMUNIDADE IV: MEDICINA PREVENTIVA. CANDIDATO: FERNANDO BELISSIMO RODRIGUES. Parecer da Comissão de Corpo Docente. Senhora Presidente:** “Não havendo manifestações, está em votação”. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim: 18 (dezoito). Total de votantes: 18 (dezoito). **2.5. HOMOLOGAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL ELABORADO PELA COMISSÃO JULGADORA. CONCURSO DE TÍTULOS E PROVAS VISANDO À OBTENÇÃO DO TÍTULO DE LIVRE-DOCENTE, JUNTO AO DEPARTAMENTO DE NEUROCIÊNCIAS E CIÊNCIAS DO COMPORTAMENTO – ÁREA DE TERAPIA OCUPACIONAL – DISCIPLINA OCUPAÇÃO HUMANA E RECURSOS TERAPÊUTICOS VII: ÓRTESE E PRÓTESE. CANDIDATA: VALERIA MEIRELLES CARRIL ELUI. Parecer da Comissão de Corpo Docente. Senhora Presidente:** “Não havendo manifestações, está em votação”. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim: 18 (dezoito). Total de votantes: 18 (dezoito). **03 – SOLICITAÇÕES DE AFASTAMENTOS – 3.1. AGNES AFRODITE SUMARELLI ALBUQUERQUE, TÉCNICA DE LABORATÓRIO, TÉCNICO, LOTADA NO DEPARTAMENTO DE CIRURGIA E ANATOMIA, NO PERÍODO DE 04 (QUATRO) MESES, A CONTAR DE 03 DE ABRIL DE 2017, SEM PREJUÍZO DOS VENCIMENTOS E DAS DEMAIS VANTAGENS DO CARGO, PARA DESENVOLVER APERFEIÇOAMENTO DE PROJETO DE PESQUISA SOB ORIENTAÇÃO DA PROFESSORA MARIA DE FÁTIMA MONGINHO BALTAZAR, NA UNIVERSIDADE DO MINHO, PORTUGAL. Parecer do Relator Professor Doutor Roberto do Nascimento Silva. Senhora Presidente:** “Não havendo manifestações, está em votação”. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim: 17 (dezessete), Abstenção: 01 (uma). Total de votantes: 18 (dezoito). **3.2. MILENE MANTOVANI MATA, ESPECIALISTA EM LABORATÓRIO,**

SUPERIOR, LOTADA NO DEPARTAMENTO DE FISIOLOGIA, NO PERÍODO DE 11 A 26 DE FEVEREIRO DE 2017, SEM PREJUÍZO DOS VENCIMENTOS E DAS DEMAIS VANTAGENS DO CARGO, PARA CURSO DE TREINAMENTO NA UTILIZAÇÃO DA METODOLOGIA CRISPR/CAS9, NA UNIVERSITY OF MICHIGAN, EUA. Parecer do Relator Professor Doutor Francisco Silveira Guimarães. *Senhora Presidente*: “Não havendo manifestações, está em votação”. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim: 18 (dezoito). Total de votantes: 18 (dezoito). 3.3. SANDRO SCARPELINI, PROFESSOR ASSOCIADO, MS-5, RDIDP, LOTADO NO DEPARTAMENTO DE CIRURGIA E ANATOMIA, NO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020, SEM PREJUÍZO DOS VENCIMENTOS E DAS DEMAIS VANTAGENS DO CARGO, PARA EXERCER A FUNÇÃO DO SECRETÁRIO DA SAÚDE, RIBEIRÃO PRETO-SP. Parecer do Relator Professor Doutor João Pereira Leite. *Senhora Presidente*: “Não havendo manifestações, está em votação”. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim: 17 (dezesete); Abstenção: 01 (uma). Total de votantes: 18 (dezoito). 3.4. JOÃO EDUARDO DE ARAÚJO, PROFESSOR ASSOCIADO, MS-5, RDIDP, LOTADO NO DEPARTAMENTO DE BIOMECÂNICA, MEDICINA E REABILITAÇÃO DO APARELHO LOCOMOTOR, NO PERÍODO DE 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) DIAS, A CONTAR DE 02 DE MAIO DE 2017, SEM PREJUÍZO DOS VENCIMENTOS E DAS DEMAIS VANTAGENS DO CARGO, PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO DE PÓS-DOCTORADO, NA UNIVERSIDADE DA PÊNSILVÂNIA, EUA. Parecer do Relator Professor Doutor Amaury Lelis Dal Fabbro. *Senhora Presidente*: “Não havendo manifestações, está em votação”. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim: 17 (dezesete); Abstenção: 01 (uma). Total de votantes: 18 (dezoito). 04 – PRORROGAÇÃO DE AFASTAMENTO – 4.1. SIMONE GUSMÃO RAMOS, PROFESSORA DOUTORA, MS-3, LOTADA NO DEPARTAMENTO DE PATOLOGIA E MEDICINA LEGAL, PRORROGAÇÃO PELO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) DIAS, A PARTIR DE 29 DE ABRIL DE 2017, COM PREJUÍZO DOS VENCIMENTOS E DAS DEMAIS VANTAGENS DO CARGO, PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES. Parecer do relator, Professor Doutor Jorge Elias Junior. *Senhora Presidente*: “Não havendo manifestações, está em votação”. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim: 16 (dezesesseis), Não: 01 (um); Abstenções: 02 (duas). Total de votantes: 19 (dezenove). 4.2. MAURÍCIO KFURI JUNIOR, PROFESSOR ASSOCIADO, MS-5, LOTADO NO DEPARTAMENTO DE BIOMECÂNICA, MEDICINA E REABILITAÇÃO DO APARELHO LOCOMOTOR, PRORROGAÇÃO PELO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) DIAS, A PARTIR DE 15 DE JUNHO DE 2017, COM PREJUÍZO DOS VENCIMENTOS E DAS DEMAIS VANTAGENS DO CARGO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES. Parecer do relator, Professor Doutor Aguinaldo Luiz Simões. *Senhora Presidente*: “Não havendo manifestações, está em votação”. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim: 18 (dezoito); Abstenção: 01 (uma). Total de votantes: 19 (dezenove). 05 – RELATÓRIO DE ATIVIDADES REFERENTES AO ESTÁGIO DE EXPERIMENTAÇÃO RDIDP, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 6º DA RESOLUÇÃO 3533/89. 5.1. GUILHERME DE ARAÚJO LUCAS, PROFESSOR DOUTOR DO DEPARTAMENTO DE FISIOLOGIA, REAPRESENTAÇÃO DE SEU 4º (QUARTO) RELATÓRIO DE ATIVIDADES. Parecer do relator, Professor Doutor Klaus Hartmann Hartfelder. *Conselheiro Klaus Hartmann Hartfelder*: “Um processo complicado. O Professor Guilherme foi contratado em 2004, passou por avaliações anteriores da CERT. O primeiro relatório teve uma avaliação positiva, já o segundo teve uma solicitação de extensão do período probatório, que foi concedido. O terceiro recebeu um parecer adequado em termos de atividades do período, mas foi crítico no que diz respeito aos dados do Lattes. Houve uma disputa entre CTA e CERT na época sobre o que fazer com esse processo. A CERT diz que era para decidirmos entre a aprovação do estágio probatório ou o desligamento do Professor Guilherme do RDIDP. A questão é que o terceiro relatório foi avaliado positivamente em termos de atividades do docente referente ao período do relatório, mas, ao levar em conta as atividades que constavam no Lattes referente ao período entre a entrega do relatório e a emissão do parecer, o relator levantou dúvidas sobre a adequação do perfil do docente. A questão é o que, de fato, devia ser avaliado e, ao meu ver, esse é o período referente ao relatório e não ao que aconteceu no período entre a entrega do relatório e a emissão do parecer. Essa é a minha posição, e com base nessa aprovei o relatório de atividades e não fiz nenhum comentário com relação às questões da adequação do docente por além do período desse relatório. Por isso considero importante ouvir o Departamento”. *Conselheiro Rubens Fazan Junior*: “Muito bem, esse é um caso que já foi exaustivamente discutido aqui. Como o Professor Klaus mencionou, o Professor Guilherme teve seu terceiro relatório reprovado, não só pelo Departamento mas pela instituição através de CTA e isso culminou na prorrogação do período probatório dele por mais dois anos. Isso já tem um tempo, se não me engano foram nos anos 2012 a 2014. Nesse período o Professor Guilherme teve um desempenho acadêmico razoável e a Fisiologia achou por bem aprovar o relatório. Entretanto a recomendação da Fisiologia não foi seguida nesse CTA e o Professor Guilherme teve seu relatório reprovado. Esse caso voltou ao CTA depois que já havia passado aquele processo ao qual o Professor Guilherme havia sido submetido devido a história de plágio, Comissão de Ética e tudo mais. O caso foi remetido novamente ao departamento, que ratificou o que tinha decidido antes, ou seja, aprovar o quarto relatório do Professor Guilherme. Mas, o CTA ratificou novamente não seguir esse parecer e reprovou o relatório, com uma sugestão do CTA para a CERT que seu período probatório fosse prorrogado novamente. A CERT respondeu que isso era impossível e a FMRP teria que tomar uma

decisão de aprovar ou reprovar. Isso voltou ao departamento, foi exaustivamente discutido lá, eu até cheguei a entrar em contato com a Diretoria para saber se poderia ser levado em conta, como o Professor Klaus também disse, o desempenho do Professor Guilherme depois do período do relatório ou se o que estava em pauta era apenas o relatório. Foi feita a consulta a Procuradoria Geral e foi recomendado que se avaliasse apenas o quarto relatório. Como esse relatório já tinha sido avaliado pelo departamento por duas vezes, e a única coisa que estava sendo levado em conta ali era o desempenho acadêmico do Professor Guilherme naquele período, o Departamento não poderia tomar outra posição a não ser ratificar as duas decisões anteriores que era de aprovar o relatório. Causaria muita estranheza se o Conselho de Departamento, que aprovou por duas vezes aquele relatório, agora o rejeitasse. Então o parecer do Departamento foi de que o quarto relatório do Professor Guilherme de 2012 a 2014 fosse aprovado pelo Departamento, ou seja, simplesmente mantendo uma coerência com as decisões anteriores, mas não causaria surpresa ao Departamento se o CTA não seguisse essa aprovação visto que esse mesmo relatório, apesar de ter sido aprovado duas vezes pelo departamento, foi por duas vezes reprovado pelo CTA. Assim, a posição do Departamento é exatamente essa, se ater ao quarto relatório onde o Professor Guilherme teve um bom desempenho, e não levar em conta qualquer questão ética porque o Professor Guilherme já fora apenado em sua falta ética. O Departamento não levou em conta também o desempenho acadêmico do Professor Guilherme após o período do relatório porque isso não estava em julgamento”.

Conselheira Rosana Maria dos Reis: “Uma curiosidade, qual o desempenho acadêmico dele após o relatório?” **Conselheiro Rubens Fazan Junior:** “É tímido, ele foge um pouco ao padrão do Departamento no que tange a desempenho de pesquisa. Ele tem uma carga horária que não é maior que nenhum de nós, nossa carga horária não é muito grande. Anteriormente ele já teve problemas com a graduação, mas isso foi resolvido, ele tem sido elogiado pelos alunos, tendo um bom desempenho em relação a Graduação. Ele tem um bom espaço físico, acho que não tem financiamento no momento, mas recebe ajuda do departamento. Ele também não está credenciado do programa de pós graduação da Fisiologia.” **Conselheiro Antonio Carlos dos Santos:** “Eu gostaria de enfatizar que os julgamentos de relatórios no período probatório, na verdade, serve para o departamento decidir se quer ou não aquele professor pois uma vez vencido o probatório e já foi anunciado que não vai haver qualquer prorrogação, o professor adquire estabilidade e acabou, Se o departamento faz uma avaliação não meritória, não elogiosa, acho meio estranho aprovar um relatório sabendo que com aquilo estamos garantindo estabilidade mas não se trata de uma avaliação positiva. Estamos dando estabilidade, o que fora do país não é uma coisa fácil de ser conseguida porque fica imune a qualquer avaliação futura, nessas condições aceitar a dar estabilidade eu não estou conseguindo entender a coerência”. **Conselheiro Claudio Henrique Barbieri:** “Fica difícil pra gente avaliar o que o departamento quer pois há dois pareceres favoráveis a aprovação do relatório mas não sei se eles querem continuar contando com esse docente. A responsabilidade da decisão foi passada a esse colegiado mas entendo como importante saber o que o departamento quer”. **Conselheiro Rubens Fazan Junior:** “Eu, particularmente e em nome do departamento, entendo as duas últimas falas mas temos que levar em conta o que está em jogo, ou seja, o quarto relatório do Professor Guilherme. Sabemos que o Professor Guilherme é representado por advogados e checamos junto a Procuradoria Geral que o documento que está sendo avaliado é o parecer do quarto relatório do desempenho acadêmico do Professor Guilherme. Causaria muita estranheza a quem quer que seja que o mesmo documento tenha sido aprovado pelo departamento e, sem que haja qualquer fato novo, ele venha a ser reprovado pelo Departamento. Por fim, o que o Professor Barbieri falou eu tenho que concordar, o Departamento jogou a decisão para o CTA. Então o Departamento entendeu que se tivesse rejeitado o relatório após ter aprovado duas vezes sem ter qualquer fato novo isso causaria muita estranheza e municiaria o Professor Guilherme para entrar com qualquer ação na esfera judicial contra o Departamento, mas como dito em minha fala inicial, não causaria nenhuma estranheza ao Departamento haja vista que o CTA já reprovou esse mesmo relatório por duas vezes e reprovasse pela terceira”. **Senhora Presidente:** “De qualquer forma se o docente entrar contra a Universidade de São Paulo, o Departamento terá todo o amparo da Procuradoria Jurídica”. **Conselheiro Rubens Fazan Junior:** “Sim, entendemos isso mas o Departamento teria sido o motivador, aprovando um documento duas vezes e depois o reprovando, sem fato novo. Mesmo levantando o fato de que houve uma falta ética, isso não está em julgamento, afinal a falta ética já foi apurada e ele já recebeu sua punição por isso”. **Senhora Presidente:** “Nesse aspecto eu concordo plenamente com você, ele já recebeu a pena pela falta ética. Por outro lado, deixar claro no relatório que o docente não era bem avaliado na Graduação, faltava as aulas, etc. Esse tipo de atitude pode reprovar um relatório. Outra coisa que pode ser dita no relatório é que o Professor tem dois trabalhos publicados mas pertence a um departamento com perfil de pós-graduação em nível sete, onde a média da produção dos professores é outra. Esses aspectos podem e devem ser ditos no relatório”. **Conselheiro Rubens Fazan Junior:** “Sim, mas como isso não foi dito anteriormente, como não há fato novo e nós temos que nos ater aquele relatório e o departamento entende que levantar fatos iria municiar o Professor Guilherme para dizer que o Departamento não está sendo coerente, inclusive a gente chegou a cogitar a ideia de pedir um novo relatório de atividades ao Professor Guilherme, pois já faz tempo que o período desse relatório terminou e então pediríamos um novo e com base nesse novo poderíamos julgá-lo, mas a própria Procuradoria Geral recomendou que não fizessemos isso, ou seja, não temos autoridade para pedir

mais relatórios, temos que dar um parecer para esse relatório, e esse foi aprovado pelo Departamento quase cinco anos atrás, depois foi aprovado de novo, não tínhamos como emitir nenhuma decisão diferente disso e fomos coerentes com o que fizemos anteriormente”. **Conselheiro Klaus Hartmann Hartfelder:** “Essa é uma discussão muito importante que estamos tendo, também tendo em vista as mudanças que estão a nossa frente, como a Comissão de Avaliação Docente especialmente, e a Comissão de Avaliação Institucional. O caso assim é um fato concreto que pode nos orientar no futuro, e vejo isso como muito importante. Quanto ao caso em si, eu concordo plenamente com a leitura do Professor Rubens, e que nesse caso temos um problema com aspectos acadêmicos e jurídicos, e em termos de aspectos jurídicos nós não temos muitos argumentos. De fato, o relatório referente ao período em questão foi aprovado, inclusive pelo então parecerista do CTA, embora este fez ressalvas quanto ao período posterior ao relatório. O que é possível fazer ao meu ver é aprovar o estágio probatório, aprovar o relatório e considerar depois uma alteração no regime de trabalho pois esse é um relatório sobre RDIDP, e isso não exclui a possibilidade de, posteriormente, termos uma alteração no Regime de Trabalho”. **Senhora Presidente:** “Eu estava deixando para falar esse aspecto no final. A diferença é que um docente que não pedisse assessoria nunca mais seria avaliado pela CERT a partir da aprovação do relatório de experimentação ou probatório; ele não teria mais problemas, ele continuaria com RDIDP até o final. O Professor Klaus levantou um aspecto interessante: em qualquer momento, o departamento pode dizer que o docente tem um perfil de RTP ou RTC. Se ele é bem avaliado na Graduação, ele pode ficar como RTP com 12 horas semanais e usar essa carga horária para graduação, já que não tem produzido do ponto de vista científico e não tem formado recursos humanos. Se ele produz alguma coisa em pesquisa, mas sem o padrão do Departamento ou da USP, ele pode ficar como RTC, 24 horas semanais. Na verdade, existe um corporativismo que não podemos mais adotar! O docente que entra na USP tem que fazer jus ao perfil, ao padrão e ao salário que ganha. De repente o departamento tem um docente em RTP e consegue um outro docente em RDIDP, o departamento ganharia, a Faculdade ganharia. Claro que contratações ocorrerão somente depois que tivermos equacionado o problema econômico que vivemos. Mas atitudes corporativas ajudam a perpetuar o problema econômico da USP”. **Conselheira Rosana Maria dos Reis:** “Eu confesso que tenho muita dificuldade em entender tudo isso, talvez porque eu não entenda de legislação, estamos analisando um relatório final onde vai se dar estabilidade para um professor que teve N problemas em seus relatórios e foi dito pelo Professor Rubens que após o vencimento do seu último relatório ele continua alguém do que é desejado no departamento. Parece até algo estranho a gente fazer de conta que isso está não acontecendo, que ninguém está vendo, vamos deixar continuar como está, que ele fique estável, acho isso um desserviço para todos nós docentes dessa Universidade, frente essa crise, frente ao estímulo que todos exigem, nós todos aqui como Chefe de Departamentos, vocês na Diretoria, e de repente tem um profissional que não se empenha, que tem laboratório, tem técnico, quantos de nós aqui não temos técnico ou laboratório? Eu sei que existe o lado jurídico do processo, mas me sinto muito desconfortável em dizer que nós fazemos parte de um CTA e que vamos aprovar e deixar que isso aconteça. Veja o problema na Cirurgia, tem-se um docente que parece não estar adequado e há um processo para mudar o regime de trabalho para tempo parcial porque não está adequado; e não é tão simples assim, pois o docente envolvido no processo começa a se pegar em advogados e o processo não anda. Não sei se devemos fazer um enfrentamento”. **Senhora Presidente:** “Eu pessoalmente acho que você pode seguir a regra defendida pelo Professor Klaus e Professor Rubens de que se o Departamento aprovou porque não aprovar? Mas não há problema em discordar. Há sempre o direito de ampla defesa dos indivíduos na justiça comum, caso se sinta prejudicado. Eu entendo o que a Professora Rosana quer dizer! Vota pela consciência e o indivíduo tem o direito de se defender”. **Conselheiro Rubens Fazan Junior:** “O Departamento entende exatamente assim, tanto que nas minhas duas falas eu disse que o Departamento foi coerente em aprovar duas vezes seu parecer e aprovar pela terceira. O CTA reprovou esse mesmo relatório por duas vezes e não causaria nenhuma estranheza reprovar pela terceira. Meu último comentário é no sentido de que o Departamento, e eu, acho estranho que a CERT não tenha resolvido esse problema, haja vista que não há nenhum fato novo, porque isso voltou? Ou seja, eles tem um parecer com uma sugestão, porque não resolveram? Eu encaro isso como uma batata quente que foi jogada pra CERT, que ela jogou de volta para a Unidade, que devolveu ao Departamento e agora está voltando ao CTA”. **Conselheiro Roberto do Nascimento Silva:** “Pelo documento da cota CERT ele fala em duas opções, ou aprovamos o relatório e a proposta de encerramento ou a gente não aprova o relatório e faz uma proposta de mudança de regime de trabalho. O que eu quero saber é se mudar o regime de trabalho vai ter que submeter outro relatório?” **Conselheiro Rui Alberto Ferriani:** “Mas a justificativa tem que vir do Departamento”. **Senhora Presidente:** “Como levantado pelo Professor Roberto, esse relatório pode ser aprovado e termina o período probatório de experimentação. Mas se ele tem um perfil alguém do departamento, se do ponto de vista didático ele tem uma carga horária pequena, o departamento pode sugerir a mudança do regime de trabalho, mas não sugeriu”. **Conselheiro Rubens Fazan Junior:** “Vou insistir aqui pela quarta vez, o Departamento fez foi apenas ratificar o que tinha feito anteriormente haja visto que não houve fato novo. O Departamento entende que se ele não ratificasse, isso municiaria o Professor Guilherme a fazer recursos, ou seja, ele veria uma incoerência no que o Departamento está fazendo”. **Senhora Presidente:** “Esse é um direito do Professor Guilherme” **Conselheiro Rubens Fazan Junior:** “Mas você pode municiá-lo ou

não”. **Senhora Presidente:** “Ou você pode ter um docente na Universidade de São Paulo sem contribuir”. **Conselheiro Rubens Fazan Junior:** “Se a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto reprovar o relatório, como já reprovou por duas vezes, a decisão que vai ser tomada cabe a CERT, não é verdade. A CERT é quem decide se muda ele de regime de trabalho. O que a gente fez foi a não aprovação e proposta de prorrogação do período probatório. Assim, a gente abriu um flanco para que a CERT mandasse o processo de volta”. **Conselheiro Aguinaldo Luiz Simões:** “O que o CTA reprovou foi este quarto relatório ou o CTA reprovou o terceiro?” **Conselheiro Rubens Fazan Junior:** “Reprovou tanto o terceiro quanto o quarto”. **Conselheiro Aguinaldo Luiz Simões:** “Esse mesmo relatório que está sendo analisado agora já foi reprovado antes?” **Conselheiro Rubens Fazan Junior:** “Duas vezes”. **Conselheiro Klaus Hartmann Hartfelder:** “Não é questão do relatório, é questão do ponto do período posterior ao relatório”. **Conselheiro Rubens Fazan Junior:** “O que está em julgamento é o relatório, Professor”. **Conselheiro Klaus Hartmann Hartfelder:** “Então, essa questão é importante, e ao meu ver o que está em julgamento é a aprovação do relatório e não a do período posterior ao relatório”. **Conselheiro Aguinaldo Luiz Simões:** “Esta é a questão que me parece central, como disse o Professor Rubens, esse relatório foi aprovado pelo departamento, duas, três vezes e veio para o CTA e ele foi reprovado não o relatório propriamente dito, outras atividades influíram na reprovação. Agora vem a indicação do jurídico que nós devemos nos ater ao relatório em si”. **Senhora Presidente:** “Não há indicação do jurídico”. **Conselheiro Rui Alberto Ferriani:** “Um esclarecimento. Você só pode julgar o período posterior ao relatório se for solicitado um novo relatório, caso contrário não há argumento legal, estaria julgando baseado em que? No fato de achar o que ele não desempenhou? Então o que eu teria que fazer? Um direito de defesa dele, ele apresenta o novo relatório e vamos julgar o novo relatório, só que isso não é legal agora apresentar um novo relatório. Estamos amarrados do ponto de vista jurídico mas essa história de municiá-lo é uma questão de nos atermos ao que é legal, e o que é legal é exatamente isso, avaliar o relatório anterior, fora isso não é legal”. **Conselheiro Aguinaldo Luiz Simões:** “O segundo esclarecimento é com relação exatamente a esse ponto. Estamos discutindo uma série de aspectos relativos a um período que não é coberto pelo relatório. Agora, o que foi que interferiu na reprovação do CTA? Aí vem o segundo esclarecimento, se nós não aprovarmos o parecer do Professor Klaus nós não temos que ter outro parecer indicando a reprovação?” **Senhora Presidente:** “Se nós não aprovarmos o parecer do Professor Klaus, nós teremos duas opções: o CTA tem o direito de dizer que quer a mudança de regime do professor ou então dizer que não aprova o período de experimentação do professor. Na primeira situação ele terá novo período de experimentação no novo regime, na segunda o professor será dispensado da USP. Se ele se sentir prejudicado terá amplos direitos de procurar a justiça. Se ele não se sentir prejudicado, ele não entra na justiça e o projeto se encerra. Se ele entrar na justiça e o relatório que está sendo julgado tem a aprovação do departamento e do parecerista, nós teríamos que ter argumentos para justificar porque esse CTA não aprovou. Nesse relatório de 2014 e 2016, quantos alunos ele teve defendido. Essa é uma questão. Se, por exemplo, ele não tiver nenhum aluno, não estiver ligado a pós-graduação, se tem um ou dois artigos publicados em revista sem impacto, a CERT tem dito para avaliarmos não só quantidade mas qualidade de trabalhos baseados, obviamente, na área de conhecimento. Se ele tem dois trabalhos em dois anos não indexados, numa área como a Fisiologia, o CTA pode dizer que seu desempenho está aquém do que é esperado para um docente em RDIDP nessa área. Salienta-se que o RDIDP é um regime especial, para quem atua na Extensão, no Ensino e na Pós-Graduação e Pesquisa com excelência. Quem não tem excelência em todas as áreas não deve ser RDIDP na Universidade de São Paulo.” **Conselheiro Klaus Hartmann Hartfelder:** “Não há relatório de 2014 a 2016, há de 2009 a 2014”. **Senhora Presidente:** “E nesse período qual é a performance quanto a Pesquisa, Extensão, Ensino e a Formação de Recursos Humanos”. **Conselheiro Klaus Hartmann Hartfelder:** “Foi aprovado pelo departamento e pelo relator”. **Conselheiro Rubens Fazan Junior:** “Mas foi aprovado pelo CTA?”. **Conselheiro Klaus Hartmann Hartfelder:** “Foi reprovado no CTA, mas baseado na questão das atividades posteriores ao relatório”. **Conselheiro Antonio Carlos dos Santos:** “No meu entendimento é que devemos votar as duas opções colocadas pela CERT, já passamos por isso aqui, o CTA já reprovou duas vezes esse relatório, não se trata de votar pela terceira vez, na minha opinião deve se seguir a orientação da CERT e votar em duas opções: 1) aprovação do quarto relatório e proposta do período de regulamentação, ou seja, ele passaria a ser estável ou 2) não aprovação do relatório e proposta da mudança de regime de trabalho. A CERT colocou essas duas opções e temos que votar 1 ou 2 porque fazer a discussão do relatório pura e simplesmente é fazer pela terceira vez a mesma tarefa”. **Conselheiro Conselheiro Francisco Silveira Guimarães:** “Eu queria dar um esclarecimento histórico aqui. Acho que nem todos acompanharam esse processo. Na verdade, creio que o terceiro relatório foi reprovado pelo Departamento e pelo CTA. A CERT cometeu um engano e o aprovou. Foi isso que trouxe todo o problema. Então estamos tentando resolver o problema da CERT, o departamento cumpriu sua obrigação na época. A CERT resolveu prorrogar o período do docente, por isso estamos no seu quarto relatório. A prorrogação ocorreu devido ao erro cometido pela CERT. Esse período foi posteriormente avaliado pelo Departamento de Fisiologia que considerou que o desempenho do Docente estava adequado e aprovou. Quando veio para o CTA foi levantada a questão de que havia uma pendência ética que não tinha sido ainda resolvida. Não foi então uma reprovação pelo desempenho, pois o desempenho fora aprovado pelo Departamento de Fisiologia, foi

pedido um tempo adicional. Agora está retornando e temos que decidir”. **Senhora Presidente:** “O que foi levantando pelo Professor Francisco é real, houve um erro de encaminhamento da CERT. Temos duas propostas aqui, a do Professor Antonio Carlos, que entende que ‘votamos a aprovação do relatório ou a mudança de regime’. O encaminhamento é que esse CTA, independente dos pareceres, vote contra os pareceres e vote nas sugestões da CERT. Esse é o encaminhamento do Professor Antonio Carlos. A outra possibilidade é votar o clássico, o parecer do Professor Klaus, aprovando ou não esse parecer. Se aprovarmos o parecer, o professor ganha estabilidade. Se o CTA, mais uma vez, diferentemente do parecer do Departamento e do Professor Klaus, votar contra os pareceres, poderíamos colocar em votação a segunda parte que seria votar o parecer da CERT e pedir mudança de regime. Então vamos colocar pra votar as duas propostas..” **Conselheiro Klaus Hartmann Hartfelder:** “Eu sugiro que seja apresentado o texto do último parecer do CTA, que teve como relator o Professor Melani”. **Senhora Presidente:** “Estamos com o processo aqui e, segundo o parecer do Professor Melani, ‘em linha de pesquisa atua nos mecanismos da dor crônica, tendo publicado sete artigos em revistas com índice de impacto maior que dois, obteve seis auxílios FAPESP no período, sendo que o último foi concluído em 2013, menciona também colaborações locais e internacionais, no ensino refere-se a participação em seis disciplinas de graduação, sendo quatro regulares e seis optativas; participa também de Curso de Verão para alunos externos, teve onze orientações PAE no período. Consta de atraso de mais de um ano na entrega de notas de disciplinas na Graduação. Concluiu 16 orientações, sete C??, cinco mestrados e uma de doutorado, três pós-docs em começo e quatro em andamento de acordo com o relatório final de 2014. O Professor tem atividade de extensão como assessor externo de órgãos de fomento. Considerando que a) entre a submissão de relatório, CV, e projeto de 12.12.2014 e esta apreciação se passaram 18 meses, b) os dados desse período de janeiro de 2015 a 2016 colhidos nas bases da USP, Lattes e outros indicam modesta atuação nos engajamentos institucionais nas atividades de graduação, pós-graduação e pesquisa, esse parecer é contrário ao parecer do relator, Professor Varanda, e a manifestação do Departamento de Fisiologia da FMRP, sugerindo assim que o período probatório se estenda por mais dois anos’. Posterior a isso temos o encaminhamento do CTA para a CERT: ‘informo que o CTA analisou o parecer do Professor Doutor Eduardo Melani Rocha e que foi contrário ao parecer interno e a manifestação do Departamento de Fisiologia sugerindo que o período probatório do docente em questão se estenda por mais dois anos. Após discussão o CTA aprovou parecer do seu relator com 16 votos favoráveis e 01 contrário e encaminha esse processo a CERT acatando a solução apresentada pelo parecerista do Colegiado’, aí temos essa resposta da CERT. O encaminhamento foi em junho de 2016 e a Cota CERT que temos é de setembro de 2016”. **Conselheiro Amaury Lelis Dal Fabbro:** Eu estou confuso em relação a essa questão e estou tendente a ser formalista, votando com o parecer do Professor Klaus, concordando com ele”. **Conselheiro Eduardo Melani Rocha:** “Esse foi um dos pareceres bem trabalhosos que tivemos aqui no CTA e diferente do que foi dito algumas vezes o parecer do relator não foi aprovado nas situações anteriores e nem o CTA aprovou nas situações anteriores. O que acontece é que houve um erro de encaminhamento desde o início e o que necessitava ser relatado em 2016 se referia a um bloco de atividade de 2 biênios, no qual a decisão poderia resultar em efetivação do professor, que acumulava, segundo as atas de reunião de 2014, 2015 e 2016 problemas de engajamento e outros. Então, quando se olha numérico e se conta 2009 até 2014 até parece bem, mas as coisas que estão nas linhas, o qualitativo dessas questões nos tornam embuídos de atuarmos em defesa da coisa pública, essa é a questão, eu tenho receio de reprovar um aluno e isso se voltar com ação judicial, questionando se não fiz a coisa certa, se não dei a nota certa. Na última semana tivemos problemas no HC com chefe de serviço, um colega foi interrogado por uma pessoa que não teve uma avaliação que ela não considerou satisfatória no seguinte sentido, ela disse ‘se você não mudar minha avaliação como médico desse serviço eu vou te processar’. Se nós trabalharmos com a coisa pública encobrimos as coisas, num momento isso vai ser notado sim, mas não é o fato, temos aqui algo que chama fê pública, estamos lidando com coisas que são de todos e nesse caso há dúvidas se a competência, o empenho, a dedicação está a altura do Departamento de Fisiologia da USP, essa é a questão, essa dúvida persiste na cabeça, por isso a conclusão foi de que se prolongasse, desse um prazo naquele momento de 2016. A questão é que a CERT tinha uma série de argumentos de que o processo ficou preso numa sala, numa época de greve, tinha prazo para se deferir e olha o que acontece numa situação dessas, estamos três anos depois discutindo uma decisão final em relação a isso. Eram essas as considerações. Muito obrigado em ter trazido a tona o relatório”. **Conselheira Rosana Maria dos Reis:** “Vimos que ele tem três alunos de mestrado, orientação de pós-doc, três publicações de 2014 pra cá em revista de impacto 4 e 5, supervisão de pós-doc”. **Senhora Presidente:** “Ele tem pós-doc. Diz que tem no Lattes mas na realidade ele tem pós-doc?”. **Conselheiro Rubens Fazan Junior:** “Ele teve. Atualmente não sei se tem, não está credenciado no programa da Fisiologia”. **Conselheiro Alceu Afonso Jordão Junior:** “Eu gostaria desse esclarecimento, onde ele está orientando”. **Senhora Presidente:** “Bom, temos que colocar o parecer do Professor Klaus em votação e dependendo do resultado vamos continuar mais um pouco essa discussão. Se a gente votar sim, é favorável ao parecer do Professor Klaus, se votarmos não, vamos nos ater ao documento CERT votando ou no encerramento do período de experimentação ou na mudança de regime”. **Conselheiro Silvio Tucci Junior:** “Professora Margaret, mas se não aprovarmos o parecer do Professor Klaus já caímos no item 2, já definimos tudo”. **Senhora**

Presidente: “Não, ele não foi aprovado mas o CTA pode responder a CERT. O que estou tentando dar é uma oportunidade de juntar, votar o parecer do Professor Klaus e a proposta do Professor Antonio Carlos que nos dá duas opções. Votar sim, acabou o probatório. Votar não no parecer do Professor Klaus poderia levar a votar a Cota CERT de aprovação propondo a mudança de regime”.

Conselheiro Alceu Afonso Jordão Junior: “Um esclarecimento, por favor, eu estou imaginando que aprovando estamos optando pela opção um, é a mesma coisa”. **Senhora Presidente:** “Gente, é o que estou falando, é óbvio, se a gente aprovar o parecer do Professor Klaus encerra-se o problema, ele continua aqui”.

Conselheiro Francisco Silveira Guimarães: “Entendo o seguinte, se nós votarmos não, a impressão que tenho é que devemos devolver esse problema para a CERT e aguardar sua decisão de mudança de regime. Eu acho muito difícil você se decidir por uma mudança de regime com informações que aconteceram há quatro anos. Caso a CERT se manifeste sobre mudança de regime de trabalho, se dará a chance ao docente para apresentar o relatório do que ele está fazendo atualmente, permitindo uma avaliação atualizada do departamento e do CTA que justifique o regime de RDIDP. Como decidir agora sobre isso frente a algo que aconteceu três ou quatro anos atrás?”. **Senhora Presidente:** “Bom, então vamos votar o relatório do Professor Klaus que é favorável à aprovação do relatório do Professor Guilherme de 2009 a 2014. Quem votar sim dirá para finalizar o probatório. Nesse caso, se a CAI e a CAD um dia funcionarem ele será reavaliado, senão o assunto está encerrado pois se não pedir assessoria nunca mais será avaliado pela CERT, e continuará RDIDP na Universidade de São Paulo. Se votarmos não, ele terá a sugestão de mudança de regime de trabalho; caso se sinta prejudicado pela Universidade de São Paulo, poderá recorrer judicialmente contra a Universidade de São Paulo para reparo de seus prejuízos econômicos, morais, etc.”.

Conselheiro Silvio Tucci Junior: “Foi mostrado aqui que ele tem três artigos e alunos que estariam na Neurologia mas dizem que não estão, certo Professor João Leite?”. **Conselheiro João Pereira Leite:** “Essa informação que está no Lattes dele não é verdade. Essa aluna que é citada aí na verdade já perdeu seu título de mestre, ela foi punida pela Universidade de São Paulo e essa aluna que está aí em orientação não existe e ele não é credenciado em meu programa. Agora eu não sei se é apropriado a gente checar no currículo Lattes que tem outra implicação legal, ela tá fora do processo”.

Conselheiro Aguinaldo Luiz Simões: “João, um momento, cuidado! Eu queria levantar isso aqui, nós todos estamos fazendo julgamento de valor e eu me preocupo com o fato de muitas das opiniões poderem ser consideradas individualmente no momento do recurso do Professor, inclusive essa, a aluna punida pelo problema que houve. Ela muito provavelmente está recorrendo na justiça, então ela muito possivelmente ainda esteja, por determinação judicial, ligada ao programa e portanto não seria juridicamente correta a informação que ela não consta no programa. Seria necessário termos uma documentação de que ela não consta no programa e que ele realmente não é credenciado na Neurologia, não bastando somente sua opinião”.

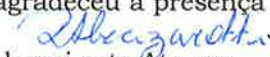
Conselheiro João Pereira Leite: “Não é minha opinião, basta entrar no Janus e procurar por orientadores do programa. Basta entrar no Janus e pegar o número USP da aluna. Eu não posso afirmar, essas são informações que temos dentro da Universidade de São Paulo, na plataforma sucupira, nós encaminhamos, ele não é orientador no nosso programa. Agora eu acho que apesar da gente ter esses dados, a internet possibilita isso, eu acho que a gente não deveria pegar esses dados adicionais, eu só quero contrapor agora uma informação do CNPq que está mostrada lá no Lattes que ele tem que dizer algo como ‘atesto que essas informações são verdadeiras’. Nossa ex-Presidente da República dizia que tinha doutorado na Unicamp, está lá no Lattes dela. Obviamente aquilo ali é algo declarado por ela, pode ter outras informações, mas acho que não deveríamos nos ater as informações no Processo porque essa é uma informação adicional. Só estou contrapondo que essa aluna não está no Janus, ela foi julgada por uma Comissão Especial, acho que na gestão do Professor Rodas, e no departamento recebemos o despacho sobre sua punição tanto é que ela fazia doutorado e saiu do sistema USP, isso foi o que nos chegou e o despacho da Comissão Sindicante da época. Agora eu acho que a instrução do Presidente da CERT ficou clara, temos que aprovar ou não o quarto relatório. Eu sou da opinião que essa informação que ofereci aqui não deva ser considerada em nada nem as informações que temos no CNPq pois elas são extemporâneas ao relatório CERT dele”.

Conselheira Marisa Marcia Mussi: “Mas por outro lado, se nós estamos aqui analisando uma situação que já foi passada, precisaríamos ser coerentes com a manifestação desse colegiado no passado que foi contrário ao relatório do docente que voltou por questões circunstanciais resultando em necessidade de reavaliação. Talvez possamos transferir para a CERT uma avaliação que ela deveria ter feito e não fez. Houve um erro no parecer CERT, não houve?”. **Conselheiro Rui Alberto Ferriani:** “Na outra avaliação”.

Conselheira Marisa Marcia Mussi: “Porque, então, o relatório voltou para o Departamento opinar?”. **Conselheiro Rui Alberto Ferriani:** “Porque nós pedimos prorrogação e não é legal esse pedido, só por isso. Ou falamos sim ou não”. **Conselheira Marisa Marcia Mussi:** “Apesar disso não podemos apreciar o que aconteceu no tempo dado?”. **Conselheiro Rui Alberto Ferriani:** “Não podemos porque teríamos que solicitar um relatório para ele, senão estaremos fazendo inferências como as feitas aqui agora, um levanta no Lattes, outro questiona outra coisa. Judicialmente não podemos nos basear em algo sem um relatório oficial pedido a ele. Um departamento pode, a qualquer momento, solicitar um relatório dele e pedir mudança de regime dele, baseado em fatos concretos. Estamos falando do período de experimentação, esse período já se encerrou. Se nós não tivemos tempo de julgar temos que dizer se aprovamos ou não, mas agora o tempo de

experimentação se encerra mais isso não fecha a hipótese do departamento, em algum momento, avaliar o docente”. **Conselheira Marisa Marcia Mussti:** “Entendo. Então mesmo que a gente concorde que o relatório passado seja aprovado e o docente adquira estabilidade, o departamento poderá reavaliar e solicitar mudanças de regime de trabalho do mesmo. Então o fato, ou seja a intenção de mudança de regime de trabalho pode ser desencadeada pelo Departamento ou sugerida e aprovada agora pelo CTA”. **Senhora Presidente:** “Exatamente, por isso eu estava dizendo que vamos votar o parecer do Professor Klaus. Se ele for aprovado, a história se encerra para esse CTA. No futuro, se o Departamento julgar que vale a pena ele pode pedir mudança de regime, mas vai partir do Departamento. Se nós não aprovarmos o parecer do Professor Klaus, vou colocar a proposta do Professor Antonio Carlos: a CERT nos dá a opção e o CTA tem esse poder, de optar pela mudança. Ai vou mandar uma carta para o Departamento sugerindo a mudança de regime e pedindo proposta de mudança e quais as atividades que ele fará. Se nós votarmos sim, se encerra nesse momento e o departamento, a qualquer momento, um ano, dois, cinco, poderá pedir mudança de regime de trabalho”. **Conselheiro Rubens Fazan Junior:** “Encaminhar ao Departamento de Fisiologia?” **Senhora Presidente:** “Sim porque quem vai fazer a proposta de mudança de regime é o departamento, é ele quem vai dizer que o Professor vai dar aula disso, daquilo ou outra coisa e não o CTA”. **Conselheiro Rubens Fazan Junior:** “Porque a CERT espera uma resposta da Faculdade de Medicina que, ao meu ver, seria sim ou não, aprova ou não aprova. Aliás o CTA já poderia ter tomado essa decisão porque a Faculdade de Medicina não aprovou e simplesmente colocou uma adendo de sugestão aí a CERT usou esse gancho para devolver para a Faculdade de Medicina, então acho que o sim ou não seria mais coerente”. **Senhora Presidente:** “O sim ou não será a primeira parte, vamos votar. Estou dando uma oportunidade do CTA votar um não-não ou um não com redução de regime, usando o argumento da própria CERT, como o Professor Antonio Carlos levantou”. **Conselheiro Rubens Fazan Junior:** “E qual seria a pergunta ao Departamento?” **Senhora Presidente:** “Qual seria o plano para o RTC, 24 horas semanais, qual seria o plano para eu poder mandar para a CERT”. **Conselheiro Rui Alberto Ferriani:** “Qual a justificativa do CTA para pedir a mudança de regime? Teremos que ter essa justificativa, a CERT vai nos pedir isso. Se falarmos não com mudança de regime a CERT pedirá uma justificativa, a solicitação seria baseada em quê? É só esse ponto que nós não temos embasamento nesse momento”. **Conselheiro Roberto do Nascimento Silva:** “Sim, temos gente. O relatório dele refere-se a um regime em RDIDP. Se não for aprovado ele pode ser aprovado para um regime diferente”. **Conselheiro Rubens Fazan Junior:** “Ele não está demitido se o relatório não for aprovado”. **Conselheiro Roberto do Nascimento Silva:** “O relatório dele só não é suficiente para RDIDP”. **Senhora Presidente:** “Exatamente”. **Conselheiro Conselheiro Francisco Silveira Guimarães:** “Só um instante, eu achei interessante a proposta da Senhora Diretora porque lendo o parecer nós podemos aprovar ou não aprovar a proposta de mudança. Caso a votação encaminhe para isso, a Direção pode entender que já que o CTA não aprovou o relatório, o departamento deverá ser ouvido novamente sobre o problema. Acho muito interessante porque aí o departamento pode ouvir o docente e emitir um parecer sobre suas atividades atuais”. **Senhora Presidente:** “Além de tudo, mesmo que ele fique dois ou três anos com regime diferente do RDIDP, se ele mudar daqui pra diante o perfil dele, daqui três anos o Departamento pode sugerir novamente a volta do seu docente para o antigo regime”. **Conselheiro Rubens Fazan Junior:** “É ele quem pede, se ele achar que deve ele pede ao Departamento”. **Senhora Presidente:** “Exatamente, eu acho que é uma forma da gente votar conscientemente”. **Conselheiro Rui Alberto Ferriani:** “Referente a Seção II do período de experimentação ‘o parecer circunstanciado a que se refere o parágrafo poderá analisar os itens tais, desde que considerados aprovados ao que se refere o artigo 6º, o docente em RDIDP ficará dispensado de apresentar novos relatórios’. No artigo oitavo ‘por proposta circunstanciada da unidade, aprovada pela CERT, ou por iniciativa desta, o docente em RDIDP poderá ser desligado do regime quando seu relatório de atividades for considerado insuficiente’. Portanto é por proposta da Unidade, ela pode propor, ou da própria CERT, a CERT também pode propor isso”. **Conselheira Rosana Maria dos Reis:** “É uma maneira dele poder fazer um novo relatório e dar oportunidade de melhorar porque se não fizermos nada estaremos passando a mão na cabeça”. **Conselheiro Rui Alberto Ferriani:** “Proposta circunstanciada da Unidade, é tomar esse cuidado e aí ter uma proposta nesse sentido, você vai pedir...” **Senhora Presidente:** “Eu vou pedir ao Departamento que circunstancie um programa pra ele. Acho que está claro! As possibilidades estão claras. Bom, então vamos colocar em votação o parecer do relator Professor Klaus. Quem votar sim encerra o assunto, quem votar não vem essa outra proposta que já discutimos a seguir”. Não havendo mais manifestações, está em votação”. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim: 05 (cinco); Não: 13 (treze); Abstenção: 01 (uma). Total de votantes: 19 (dezenove). **Senhora Presidente:** “Então o parecer do Professor Klaus foi rejeitado. Agora vamos para a segunda etapa da votação. Quem votar sim vota pelo desligamento do docente, quem votar não vota a possibilidade da Diretoria escrever uma carta para o departamento e pedir uma proposta de trabalho de mudança de regime do Professor Guilherme. Ainda, o Departamento de Fisiologia decidirá se será RTP ou RTC, mas não será RDIDP. Não havendo mais manifestações, está em votação”. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim: 08 (oito); Não: 09 (nove), Abstenções: 02 (duas). Total de votantes: 19 (dezenove). **Senhora Presidente:** “Então foi decidido que ele terá a chance de continuar docente em outro regime de trabalho. Vou solicitar ao Departamento de Fisiologia ao longo dessa semana uma proposta de

mudança do regime de trabalho e atividades do docente no novo regime”. **5.2. JOSÉ CARLOS DE FARIAS ALVES FILHO, PROFESSOR DOUTOR DO DEPARTAMENTO DE FARMACOLOGIA, APRESENTAÇÃO DE SEU 3º (TERCEIRO) RELATÓRIO DE ATIVIDADES. Parecer do relator, Professor Doutor Eduardo Melani Rocha. Senhora Presidente:** “Não havendo manifestações, está em votação”. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim: 16 (dezesesseis); Abstenções: 03 (três). Total de votantes: 19 (dezenove). **5.3. VALDES ROBERTO BOLLELA, PROFESSOR ASSOCIADO DO DEPARTAMENTO DE CLÍNICA MÉDICA, APRESENTAÇÃO DE SEU 3º (TERCEIRO) RELATÓRIO DE ATIVIDADES. Parecer do relator, Professor Doutor Edson Garcia Soares. Senhora Presidente:** “Não havendo manifestações, está em votação”. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim: 18 (dezoito); Abstenção: 01 (uma). Total de votantes: 19 (dezenove). **5.4. ALINNE CRISTINA CAMPOS, PROFESSORA DOUTORA DO DEPARTAMENTO DE FARMACOLOGIA, APRESENTAÇÃO DE SEU 1º (PRIMEIRO) RELATÓRIO DE ATIVIDADES. Parecer do relator, Professora Doutora Rosana Maria dos Reis. Senhora Presidente:** “Não havendo manifestações, está em votação”. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim: 18 (dezoito); Abstenção: 01 (uma). Total de votantes: 19 (dezenove). **06 - DOAÇÕES - 6.1. DOAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - FAPESP AOS DOCENTES DA FMRP, BENEDITO HONÓRIO MACHADO, LUCILA LEICO KAGOHARA ELIAS, RICARDO MAURÍCIO XAVIER LEÃO, HELIO CESAR SALGADO, SIMONE GUSMÃO RAMOS, RAFAEL SIMONE SAIA, ELIANE COMOLI E NORBERTO CYSNE COIMBRA. Termo descritivo de doação de bens acompanhado de parecer do Professor Doutor Cláudio Henrique Barbieri. Senhora Presidente:** “Não havendo manifestações, está em votação”. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim: 17 (dezesete); Abstenções: 02 (duas). Total de votantes: 19 (dezenove). **6.2. - DOAÇÃO DE PESSOA FÍSICA: DOAÇÃO DE UM PIANO DE ARMÁRIO REALIZADA PELO SR. JAIR SILVÉRIO DOS SANTOS AO ESPAÇO CULTURAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - ECEU. Termo descritivo de doação de bens acompanhado de Parecer do Professor Doutor Cláudio Henrique Barbieri. Senhora Presidente:** “Não havendo manifestações, está em votação”. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim: 18 (dezoito); Abstenção: 01 (uma). Total de votantes: 19 (dezenove). **07 - SOLICITAÇÃO DE REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO - 7.1. MARIA DE FÁTIMA AVEIRO COLARES, PSICÓLOGA, LOTADA NO CAEP, SOLICITA REDUÇÃO DE JORNADA DE 30H PARA 20H SEMANAIS. Parecer da Professora Doutora Marisa Marcia Mussi. Senhora Presidente:** “A psicóloga do CAEP pediu redução de jornada. É um direito que todo funcionário tem, mesmo que sobrecarregue o serviço ele tem direito. **Conselheira Marisa Marcia Mussi:** “Eu havia feito um parecer que acho que é extemporâneo porque o Coordenador do CAEP não deu as justificativas, não reforçou que não haverá prejuízo para o CAEP. Então eu tinha pedido que o chefe imediato apresentasse as referidas informações para propiciar essa informação mas diante da situação atual, o regimento que consultei diz que o pedido tem respaldo legal desde que não haja prejuízo as partes”. **Senhora Presidente:** “Com o seu parecer nós consultamos o Professor Vitor, que é o responsável pelo CAEP, e ele diz que obviamente tem perda, mas ele acha que outros funcionários vão assumir atividades dessas dez horas e então que ele estaria dando o direito da funcionária pedir a redução. Eu tenho uma notícia boa para dar, um Educador, o Chefe da Creche do Butantã quer vir para o CAEP, o pedido já foi aprovado pela chefia imediata de lá, só estamos resolvendo alguns problemas de ordem técnica, pois ele atuava como Professor Infantil mas a formação dele é de Educador, pode atuar em todas as instâncias da Educação, e ele virá por 40 horas semanais para reforçar o grupo do CAEP. Além da informação do Professor Vitor temos essa notícia que é muito boa para o CAEP”. **Senhora Presidente:** “Não havendo mais manifestações, está em votação”. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim: 18 (dezoito); Abstenção: 01 (uma). Total de votantes: 19 (dezenove). **08 - ADMISSÃO DE DOCENTES ASSOCIADA AO PROGRAMA DE JOVENS PESQUISADORES DA FAPESP - 8.1. SOLICITAÇÃO APRESENTADA PELO DEPARTAMENTO DE FISILOGIA PARA ABERTURA DE VAGA DE 02 (DOIS) CLAROS DOCENTES. Parecer do Professor Doutor Antonio Carlos dos Santos. Senhora Presidente:** “Não havendo manifestações, está em votação”. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim: 16 (dezesesseis); Abstenções: 03 (três). Total de votantes: 19 (dezenove). A seguir, a Senhora Presidente sugeriu que os itens 9.1. e 9.2 fossem votados em bloco, sem prejuízo de destaque, o que teve anuência do colegiado: **09 - SOLICITAÇÃO DE SEGUNDA VIA DE DIPLOMA - 9.1. MARINA BERGAMO GUITARRARA, GRADUADA NESTA FACULDADE NO CURSO DE FONOAUDIOLOGIA, NO ANO DE 2007. Informação da Comissão de Graduação. e 9.2. ERICK DE MORAES SANTOS PIORINO, GRADUADO NESTA FACULDADE NO CURSO DE MEDICINA, NO ANO DE 2013. Informação da Comissão de Graduação. Senhora Presidente:** “Não havendo manifestações, está em votação”. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim: 17 (dezesete); Abstenções: 02 (duas). Total de votantes: 19 (dezenove). **10 - ORÇAMENTO DA FMRP PARA 2017 E DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2017 COM BASE NOS CRITÉRIOS ACADÊMICOS DE 2015. [apresentação de slides]. Senhora Presidente:** “A Diretoria e Sra. Regina, Assistente Financeiro, nos colocamos a disposição para quem tiver alguma dificuldade em entender as tabelas apresentadas para explicar. Na próxima reunião do CTA a Sra. Regina apresenta a previsão orçamentária de gastos e aí vai junto também com o que vamos fazer de obras que não terminamos. No próximo CTA tentamos deixar uma pauta mais tranquila para que possamos discutir o orçamento de gastos de 2017 e o plano de obras para 2017. Não havendo manifestações, está em

1 votação". Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim: 15 (quinze); Abstenção: 01
2 (uma). Total de votantes: 16 (dezesseis). Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Senhora
3 Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião às 12h45min. Do que para
4 constar, eu  Renata Ap. Terra Cazarotti, Assistente Técnico
5 Acadêmico, lavrei esta Ata, que será examinada pelos Senhores Conselheiros presentes a Sessão em
6 que for discutida e aprovada e por mim assinada.